

FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 10 A 16 DE NOVEMBRO DE 1981
Nº 170 - CIRCULAÇÃO INTERNA



Aconteceu

CEDI

Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fundos 22241 Rio de Janeiro
Av. Higienópolis 983 01238 São Paulo

TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

DIRETOR

Domício Pereira de Matos

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Alberto Ricardo

Letícia Cotrim

Zwinglio Mota Dias

Carlos Rodrigues Brandão

Jether Pereira Ramalho

Eliseu Lopes

Henrique Pereira Junior

Carlos Mesters

Beatriz Araújo Martins

CEDI

COORDENADOR DAS PUBLICAÇÕES

Paulo Cezar Loureiro Botas

EDITOR DO ACONTECEU

José Ricardo Ramalho

COLABORADOR NA SEÇÃO ÍNDIOS

Rubem Thomaz de Almeida

ACONTECEU

Assinatura anual: Cr\$ 300,00

Assinatura de apoio: Cr\$ 1.200,00

Remessa em cheques pagáveis no Rio
para TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

Caixa Postal 16.082

22221 - Rio de Janeiro - RJ

TRABALHADORES URBANOS

PRÓ-CUT QUER REAJUSTE A CADA 3 MESES

Reajustes trimestrais dos salários, estabilidade nos empregos, 10% do INPC e salário mínimo real unificado, são algumas das principais reivindicações dos trabalhadores, reunidos ontem em Brasília, na Comissão Nacional Pró-Cut. Com a presença de 43 dos 56 integrantes daquela comissão, as reuniões foram realizadas na noite de sábado e ontem, durante todo o dia, na sede da Contag - Confederação dos Trabalhadores da Agricultura. Outra decisão da Pro-Cut, tomada ontem, deve levar seus integrantes, hoje, a defender junto aos líderes oposicionistas na Câmara dos Deputados, a apresentação de projeto de lei fixando a estabilidade nos empregos. A única dúvida, nesta reivindicação, foi quanto ao tempo de trabalho que criaria a estabilidade. Propostas apresentadas variavam de estabilidade a partir do 19 dia de trabalho, à estabilidade de seis meses. Ao final, prevaleceu a proposta de defender a estabilidade, via Congresso Nacional, negociando o máximo possível, com o governo. A extensão de direitos trabalhistas ao funcionalismo público foi outra proposta aprovada, citando especificamente o 13º salário, além do aumento automático dos salários, semestralmente. A Pró-Cut colherá assinaturas num abaixo assinado dirigido ao presidente da República, defendendo as reivindicações da classe trabalhadora, tendo por meta colher cinco milhões de assinaturas. A reunião decidiu ainda realizar encontros nacionais dos trabalhadores, organizados em calendário para culminar com uma greve nacional, a ser melhor discutida nas bases, e por prazo (dias ou horas) a ser futuramente definido. (FSP - 16/11/81)

PARA FITIM, DESENVOLVIMENTO SÓ COM DIREITOS SINDICAIS

"Os trabalhadores da indústria do automóvel constituem o mais avançado e progressivo ramo do movimento operário e estão unidos num vasto círculo de solidariedade internacional do trabalho. Mas, ao mesmo tempo, são eles que sentem, mais intimamente e com maior profundidade, os grandes prejuízos da inflação, recessão e desemprego". A afirmação é do secretário-geral da Federação Internacional dos Trabalhadores em Indústrias Metalúrgicas (Fitim), Herman Rebhan, que, ao abrir ontem a Terceira Conferência Internacional da Fitim sobre a Indústria do Automóvel - que deverá se estender até amanhã no auditório do Hotel Nikkei - ressaltou serem os direitos humanos e sindicais a "pedra-de-toque", as "fundações" do desenvolvimento e da civilização. Para ele, o desenvolvimento é um processo humano pelo qual os trabalhadores e suas organizações democráticas têm a liberdade para organizar, criar, falar, negociar e fazer greve. "Se existe um dever de trabalhar - disse - existe ainda o direito de não trabalhar sob certas condições; e se existe um dever de obedecer a lei, existe o direito natural de recusar a obedecer aos decretos dos ditadores." (FSP - 11/11/81)

TRABALHADORES DA AL ESTUDAM AÇÃO CONTRA DESEMPREGO

Os representantes sindicais que participaram da 3ª Conferência Latino-americana dos Trabalhadores na Indústria do Automóvel, promovida pela Federação Internacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas - Fitim - encerrada ontem, qualificaram como "nefastas, irresponsáveis e socialmente insensíveis" as políticas econômicas adotadas por governos de alguns países ali representados. A análise da situação da indústria automobilística a nível internacional e regional pretendeu mostrar que são graves os problemas que afetam os trabalhadores, seja pelo pagamen-

to de salários aviltados, pela queda do nível de emprego, precárias condições de trabalho, e inexistência de liberdade para o exercício da atividade sindical. Os trabalhos foram desenvolvidos durante três dias, por 40 dirigentes sindicais da Argentina, Colômbia, Chile, México e Venezuela, além do Brasil, que se reuniram em São Paulo, para debater temas como "Desemprego no setor metalúrgico nos países industrializados e nas nações em desenvolvimento" e "Participação da América Latina no mercado internacional de veículos automotores". (FSP - 13/11/81)

CINCO MIL ACIDENTES DE TRABALHO POR DIA, DENUNCIA METALÚRGICO

O diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, Carlos Aparício Clemente, acusou ontem o Ministério do Trabalho de descaso pela "trágica situação" provocada pelos acidentes de trabalho no Brasil, "assistindo impassível a 300 mortes mensais e nada fazendo para pôr fim aos 5.300 acidentes registrados diariamente." Segundo afirmou, enquanto deixa de cumprir sua missão, o Ministério do Trabalho, através de seus porta-vozes e do próprio ministro, enuncia que o problema dos acidentes no Brasil resulta na má qualidade dos equipamentos. Falando no 2º Simpósio sobre Política Nacional de Saúde, na Câmara dos Deputados, Carlos Aparício Clemente denunciou que 31% das 11.298 empresas obrigadas a ter as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas) "nunca as criaram e nunca foram também fiscalizadas pelo Ministério do Trabalho durante os três últimos anos". Assinalou também que na Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo "há menos de 10 médicos do trabalho e 10 engenheiros de segurança para fiscalizar as condições de insalubridade de todas as empresas do Estado". (FSP - 11/11/81)

METALÚRGICOS DE SANTO ANDRÉ (SP) INICIAM O TERCEIRO ESCRUTÍNIO

Começa hoje e vai até terça-feira o terceiro escrutínio das eleições para a escolha da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Mauá e Ribeirão Pires. Para este terceiro escrutínio será necessário o comparecimento de 5.500 votantes, "número impossível de ser atingido", segundo os candidatos das três chapas de oposição. Além de Antônio Morales, que concorre pela chapa 1, disputam o pleito José Maria de Almeida (chapa 2), Rubens Alves Rodrigues (chapa 3) e José Timóteo da Silva (chapa 4). (FSP - 13/11/81)

ATRASO NO SALÁRIO PÁRA A MATARAZZO EM SÃO PAULO

A Indústria Matarazzo de Papéis Ltda. teve a sua produção interrompida na madrugada de ontem porque seus 300 funcionários do terceiro turno de cidiram paralisar as atividades, em protesto pelos sucessivos atrasos no pagamento dos salários. O movimento não contou com a solidariedade dos demais trabalhadores da indústria, que teve a sua produção restabelecida durante o dia de ontem, embora a direção da empresa tenha distribuído boletim informando a sua disposição de liberar amanhã apenas 50% dos salários. (FSP - 12/11/81)

OS CARRETEIROS PARAM EM SANTOS (SP)

O não cumprimento da nova tabela de fretes por parte das empresas transportadoras levou cerca de 250 caminhoneiros a entrarem em greve em Santos, na tarde de ontem, exigindo o pagamento pelos novos valores. O movimento deve continuar hoje, estando marcada para as 14 horas uma reunião na sede regional da Fiesp - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo em Cubatão, entre representantes dos importadores, empresas transportadoras e sindicato da categoria, quando será discutida a aplicação da nova tabela. (FSP - 13/11/81)

TERMINA GREVE EM SANTOS

Terminou ontem a greve dos 300 carreteiros autônomos no porto de Santos, parados desde quinta-feira, com a aceitação de um acordo entre os representantes dos importadores de fertilizantes e o Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários da Baixada. Ontem pela manhã, eles foram convocados a comparecer à reunião na sede do sindicato, quando os representantes dos importadores propuseram a concessão de um aumento de 15% sobre as tabelas dos fretes agora e 10% restantes até o dia 30, complementando os 25% solicitados pela categoria. (ESP - 15/11/81)

MAGISTÉRIO FEDERAL PARA UNIVERSIDADES

Sem esperar o resultado de uma reunião que será realizada hoje em Brasília, entre diretores da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes) e representantes de associações de docentes, os professores de diversas universidades federais autárquicas decidiram paralisar suas atividades, por tempo indeterminado, descontentes com o prazo de 45 dias estabelecido pelo ministro da Educação e Cultura, Rubem Ludwig, para responder ao pedido de reajuste salarial do magistério. Ontem, já estavam paralisadas as universidades federais de Juiz de Fora (MG), Espírito Santo, Bahia e Pará; a Universidade Federal do Rio de Janeiro para hoje; a Universidade Federal da Paraíba decidiu aderir à greve amanhã; a Universidade Federal de Minas Gerais resolveu apresentar à Andes, proposta de greve a partir da próxima segunda-feira; e a Universidade Federal de Santa Catarina aguardará a decisão da Andes. (FSP - 10/11/81)

ANDES AFIRMA QUE GREVE DE PROFESSOR QUER MELHORES SALÁRIOS E UNIVERSIDADES

Os professores universitários, em greve há uma semana "com o único objetivo de melhores salários e melhores universidades, continuam buscando o diálogo com o Governo e esperam do Ministro da Educação uma abertura para esse diálogo, coerente, com aquilo que ele tem declarado publicamente", disse ontem o secretário-geral da ANDES (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior), Luis Pinguelli Rosa. (JB - 16/11/81)

PROFESSORES VÃO À JUSTIÇA CONTRA O REITOR DA UNICAMP (SP)

Um grupo de 13 professores titulares da Unicamp, apoiados pela Associação dos Docentes, entraram ontem na Justiça com mandado de segurança contra o reitor Plínio Alves de Moraes. A ação dos professores, pertencentes às oito unidades envolvidas na crise da universidade com a demissão de seus diretores no mês passado, visa anular a carta de Alves de Moraes enviada aos diretores associados, solicitando a elaboração de uma lista sêxtupla de sugestão de nomes para a escolha de novos dirigentes desses institutos e faculdades. (ESP - 11/11/81)

MÉDICOS RESIDENTES DECRETAM GREVE DE 48 HORAS EM PORTO ALEGRE

Os residentes do hospital Nossa Senhora da Conceição, de Porto Alegre, decretaram ontem greve de 48 horas, em protesto contra a falta de verbas para a continuidade do programa de residência médica. O ministro da Previdência Social prometeu ao representante dos 160 residentes gaúchos, Mário César da Rocha, que estudará o problema, dando uma resposta. (FSP - 12/11/81)

EM ENCONTRO NACIONAL, A CONTAG RELATA 19 MORTES

Entre outubro de 1980 e outubro deste ano, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) registrou 19 casos de assassinato no meio rural. Este é um dos números contidos no documento da Contag a ser entregue aos líderes dos partidos políticos. O documento está sendo discutido pelos 100 participantes do Encontro Nacional sobre Conflitos de Terra, que se encerra hoje em Brasília. Além dos assassinatos, todos eles denunciados em ofícios da Contag ao Ministério da Justiça, a Confederação registrou ainda casos de sequestro, espancamentos e prisões de trabalhadores rurais e líderes sindicais. Essas violências, disse ontem o presidente da entidade, José Francisco da Silva, decorrem "da política econômica do governo, que concentra a renda de um lado e a miséria do outro. Uma política econômica que beneficia o grande capital, nacional e estrangeiro, o setor financeiro e os latifundiários". José Francisco criticou também a política agrícola do governo, "voltada exclusivamente para a exportação em detrimento das culturas de produção de alimentos. Uma política que facilita o crédito para os médios e grandes proprietários, abandonando o pequeno produtor". "O governo não quis enfrentar o latifundiário e apesar da existência de uma legislação que lhe permite resolver o problema da terra, prefere soluções paliativas que confundem a opinião pública", disse José Francisco, referindo-se principalmente ao projeto de usucapião especial, ora estudado no Congresso Nacional, e que "não resolve porque não atinge as áreas de conflito". (FSP - 12/11/81)

CONTAG APONTA REGIÕES DE CONFLITO EM SÃO PAULO

O documento sobre conflitos de terra entregue pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag - às lideranças dos partidos políticos, em Brasília, enumera, no Estado de São Paulo, dezessete conflitos fundiários que permanecem sem solução, envolvendo um total de 49.452 alqueires. (ESP - 15/11/81)

PROPOSTA A REFORMA AGRÁRIA

O presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), dom Ivo Lorscheiter - representando a Igreja Católica -, e mais quatro dirigentes de Igrejas Cristãs, entregaram ontem um documento ao governador do Rio Grande do Sul, Amaral de Sousa, sugerindo a reforma agrária como uma das formas de solucionar os problemas da terra, que a cada dia mais se agravam no Brasil. O documento é resultante de reuniões realizadas para exame do assunto durante três dias, em Vila Betânia, Viamão, na Grande Porto Alegre. Participaram, além de dom Ivo Lorscheiter, os representantes da Igreja Metodista, bispo Sadi Machado; Igreja Luterana, pastor Augusto Ernesto Kunert; Igreja Episcopal, bispo Artur Kratz e Igreja Cristã Reformada do Brasil, pastor Janos Apostol. O texto entregue ao governador é este: "Os dirigentes nacionais das Igrejas Cristãs abaixo-assinadas, reunidos em Porto Alegre, profundamente preocupados com os problemas do homem sem terra e dependente da terra, levam ao conhecimento do governador do Estado do Rio Grande do Sul e Incra (Instituto Nacional de Reforma Agrária), a seguinte proposta de solução: "1) O compromisso das autoridades competentes em efetuar, o quanto antes, a implantação da reforma agrária no País, reintegrando o Rio Grande do Sul, como área prioritária. Reconhecendo a complexidade, as Igrejas Cristãs se comprometem e se propõem a colaborar na formação de uma cons

ciência nacional para essa meta. "2) O apoio decidido à empresa rural familiar para uma política agrária adequada de preços, crédito, estocagem e incentivo à agroindústria cooperativada e às cooperativas de produção, condições indispensáveis para uma reforma agrária autêntica. "3) Execução da reforma agrária para que aconteça a função social da terra preconizada no Estatuto da Terra. "4) O assentamento do agricultor sem terra como respeito ao agricultor, evitando maior fuga da terra, maiores cinturões de miséria nas áreas urbanas, de agricultores despreparados profissionalmente e, assim, o empobrecimento de maior número de pessoas. "5) A solução imediata para os agricultores sem terra acampados na Encruzilhada Natalino, Município de Ronda Alta, poderia ser em forma alternativa ou em forma conjugada: crédito fundiário para aquisição de terras no Rio Grande do Sul; ou redução do módulo rural para que, especificamente na Fazenda Anoni, possam ser assentadas mais famílias do que o previsto." (FSP - 12/11/81)

FAMÍLIAS EXPULSAS DE TERRAS NO PARÁ AINDA ESTÃO VAGANDO

No povoado de Pau Seco, a 40 quilômetros de Marabá, as 164 famílias expulsas de Cametau continuam sem destino, dormindo debaixo das árvores e nas casas de farinha do povoado. O despejo, ocorrido no princípio de novembro, foi comandado por pistoleiros do fazendeiro Manuel Cardoso e durante a ação uma criança de seis anos, filha do camponês Edvaldo Batista, foi morta, pisoteada pelos pistoleiros. Essa história foi contada no final da semana por João Lourenço de Paula e José Francisco dos Santos, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá. (FSP - 16/11/81)

POSSEIROS DESPEJADOS

A Polícia Militar do Pará, que está cumprindo quase 20 mandados judiciais de reintegração de posse concedidos a proprietários do Sul do Estado, prendeu 42 lavradores que haviam ocupado o castanhal Fortaleza, em Marabá, devendo prender outros posseiros encontrados nas áreas litigiosas. Dos 42 posseiros presos em local ainda não definido, oito já foram soltos. Da operação participam mais de 100 soldados, que vão pôr em execução várias outras sentenças concedidas pelo juiz da comarca. Devido ao grande número de mandados expedidos, a Polícia Militar decidiu realizar operações em grande escala, dando cobertura ao cumprimento de todas as ações referentes a uma mesma área. Ontem, em Belém, um grupo de posseiros acusou a PM de ter praticado violências em outro despejo, realizado no município de Acará. (ESP - 13/11/81)

DOM GUIDO DENUNCIA GRILEIROS

O bispo de Cândido Mendes, Maranhão, dom Guido Casulo, denunciou ontem, através de nota oficial, a "tentativa de desmoralizar a Igreja junto aos que reivindicam seus direitos fundamentais", levada a cabo por "proprietários e pretensos donos de terra bastante conhecidos na região pelas suas repressões". Dom Guido referiu-se ao assassinato do vaqueiro João Carneiro, ocorrido no último dia 5 em Turiaçu, no povoado de Campo Grande, dentro de sua diocese. O enterro do vaqueiro foi transformado em passeata dos fazendeiros, com cartazes acusatórios à linha de atuação da Igreja e especificamente ao padre italiano Antonio di Foggia. Para o bispo, "o aproveitamento da situação de conflito social gerado pela política fundiária para acusar a Igreja de incitadora e articuladora de desordem e subversão, não constitui fato novo, mas comprova a tentativa de desmoralizar a Igreja". (FSP - 12/11/81)

AGRICULTORES LUTAM PARA MANTER TERRA

Armados de escopetas, membros de uma família de pequenos agricultores na região do Baixo São Francisco, em Alagoas, impediram que os funcionários da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) demarcassem suas terras, para desapropriá-las. Eles mantiveram os funcionários da Codevasf e da empreiteira Taulhaber, que trabalha para a companhia, presos em seus veículos. A confusão aconteceu quarta-feira mas só ontem a notícia pôde ser divulgada em Maceió, embora a Codevasf tivesse enviado de Brasília, como mediador do conflito, o próprio general Ismarth de Araújo Oliveira, que ordenou a suspensão da demarcação até que se chegue a um acordo com a família. Esse conflito deu-se no Projeto Boacica, onde a companhia vem implantando um sistema de irrigação, drenagem e colheita de arroz em duas safras/ano. (FSP - 15/11/81)

POSSEIROS AMEAÇADOS DE EXPULSÃO EM MG

Dezenas de famílias de posseiros e outras que possuem escrituras registradas em cartório estão sendo ameaçadas de expulsão do Jardim São Bento, um novo loteamento localizado em área altamente valorizada nos últimos anos, nas proximidades do Bosque Municipal, da Vila Militar e da Fazenda Modelo, em Uberaba. Essas famílias denunciam que vêm recebendo pressões da proprietária do projeto, a Empreendimentos Imobiliários São Bento, que alega ser a legítima proprietária da área, baseando-se em documentos de uma permuta efetuada em 1958, entre a Prefeitura e um particular, com aprovação da Câmara Municipal. (FSP - 15/11/81)

SOLDADOS DA FM EXPULSAM LAVRADORES EM SANTÍSSIMO (CIDADE DO RJ)

Dez famílias de lavradores foram expulsas ontem por soldados da Polícia Militar do sítio Grota Funda, no Km 37 da Avenida Brasil, em Santíssimo. Os militares, armas nas mãos, empurravam as pessoas. Um homem que se apresentou como oficial de justiça e dizia chamar-se Mário acenava com um documento (ninguém pôde lê-lo) no qual a posse das terras é atribuída à Companhia Rural e Urbana do Distrito Federal Ltda. O advogado das famílias, Dylmor Remsetti Regis, disse que o sítio - de 400 mil metros quadrados - é espólio de João Rodrigues e sua mulher Ludovina de Jesus, mortos há mais de 100 anos, e cujo neto, o lavrador Carlos de Jesus Rodrigues, é o atual inventariante. Afirmou ainda que a companhia é grileira e baseia sua pretensão em liminar concedida pelo Juiz Reginaldo Carvalho, da 2ª Vara Cível - Regional de Bangu, mas por ele derrubada através de mandado de segurança. (JB - 13/11/81)

ÍNDIOS

ÍNDIOS DENUNCIAM SUBORNO DE EMPRESA ESTRANGEIRA PARA PESQUISAR PETRÓLEO

Três tuxauas (chefes) sateré-maué e um da tribo dos mundurucu revelaram ontem em Manaus, onde trouxeram o caso à Delegacia Regional da Funai, que o encarregado do acampamento da empresa estrangeira que realizou pesquisas de petróleo na região do rio Andicá, no Município de Barreirinha, teria dado Cr\$ 50 mil ao chefe do posto da Funai na área e a um chefe índio para que eles se posicionassem a favor da realização dos trabalhos na reserva. Os chefes decidiram permanecer em Manaus até que a Funai traga o funcionário do posto e o tuxaua Antônio Michiles Ferreira - os dois acusados - para prestarem esclarecimentos "na presença de todos". Afirmam que um índio, mundurucu, assistiu à proposta e depois

~~viu também o encarregado do acampamento, Antônio Atuarana, entregar um cheque de Cr\$ 50 mil, descontado mais tarde em uma agência bancária da cidade de Parintins, no médio Amazonas. (JB - 13/11/81)~~

CIMI CONTA MORTE DE FAZENDEIRO

O Conselho Indigenista Missionário - Cimi - esclareceu ontem que o fazendeiro Pedro Gomes de Sá e dois sobrinhos mortos juntamente com o índio Antônio Pigo, no cemitério da ilha da Assunção na Bahia, Dia de Finados, não foram vítimas dos índios trucês, mas dos próprios pistoleiros que davam cobertura ao fazendeiro na emboscada ao único índio morto. Em nota distribuída ontem, o Cimi reproduziu informações da índia Maria Júlia, filha de Antônio Pigo, que foi primeiramente assassinado pelo fazendeiro e os dois sobrinhos, no cemitério onde rezava pelos mortos no dia 2 de novembro. Um dos irmãos de Maria Júlia, para se defender, também começou a atirar, resultando do tiroteio as outras mortes. Ela, a índia, garantiu entretanto que não foi o irmão que matou o fazendeiro e os dois sobrinhos. "Os tiros que mataram o fazendeiro foram disparados por amigos das vítimas que lhes davam cobertura dentro do cemitério" - diz a nota, que aponta ainda a família de Pedro Gomes de Sá como arbitrária na região dos índios trucês. Estes já procuraram a 3ª Delegacia da Funai para que demarcasse as terras indígenas, sob a alegação de que novos conflitos poderão surgir se não forem adotadas as providências. (JB - 15/11/81)

FUNAI PROÍBE O TRABALHO DE MISSIONÁRIOS DO CIMI EM ÁREAS INDÍGENAS DO MATO GROSSO DO SUL

Fins de outubro, os missionários da Diocese de Dourados, foram impedidos de entrar e dar continuidade aos trabalhos que vinham desenvolvendo em várias áreas indígenas da mesma Diocese. Um radiograma assinado pelo Cel. Zanoni Hausen, datado de 17.10.81 cancelou as autorizações concedidas anteriormente aos missionários da Diocese. Esta decisão tomada pelo Cel. Zanoni nos últimos dias da gestão do Cel. Nobre da Veiga e posta em execução pelo Delegado da 9ª D.R. da FUNAI já na gestão do Cel. Paulo Moreira Leal, parece estar em contradição clara com os propósitos manifestados pelo novo presidente do órgão tutor. Trata-se a nosso ver de uma decisão arbitrária dos homens postos na FUNAI pelo Cel. Nobre da Veiga. Não explicitam razões e o que é mais grave, nem se quer escutam as Comunidades Indígenas, onde os mesmos missionários prestam serviços e que são os mais diretamente atingidos. Infelizmente esta não foi a única medida tomada por estes homens à revelia das Comunidades Indígenas da nossa Diocese. Lembramos aqui a Comunidade Indígena do Rancho Jacaré que, já tendo sofrido duas transferências, está sendo forçada a aceitar uma terceira, imposta pela FUNAI durante a gestão anterior. A Comunidade Indígena se negou e se nega a aceitar esta transferência pois sabe que lhe será prejudicial e beneficiará apenas os donos da fazenda. Mas apesar disto a FUNAI demarcou a outra área para onde os índios deverão ser transferidos. Igualmente a Comunidade da Fazenda Paraguasu, Mun. de Amambai, foi transferida de forma arbitrária na gestão Nobre da Veiga para atender os interesses da Fazenda. Os índios já tentaram retomar suas terras de direito, em Julho último, mas não conseguiram. A Comunidade Indígena de Parambi e Panambizinho, perto de Dourados, vem sofrendo pressões para aceitar a demarcação de uma área insuficiente para sua simples sobrevivência física. Neste contexto se tornam compreensíveis medidas como esta que neste momento atinge os missionários católicos de nossa Diocese e outras do MS. Mas "a apresentação da Mensagem Evangélica não é para a Igreja uma contribuição facultativa, é um dever que lhe incumbe por mandato do Senhor Jesus" (Paulo VI) e certamente a Diocese de Dourados não poderá fazer depender a continuidade de seu trabalho de Evangelização das Comunidades Indígenas de decisões

arbitrárias. O primeiro compromisso é com as próprias comunidades indígenas. Finalmente queremos expressar nossa esperança que o novo presidente da FUNAI, com o qual já nos comunicamos, cancele de imediato estas proibições da gestão anterior e atenda as justas reivindicações das Comunidades Indígenas acima citadas na questão fundamental da terra suficiente para sua sobrevivência física e cultural. (Dom Teodardo Leitz Bispo de Dourados - MS - Dourados, 08 de novembro de 1981)

MOVIMENTOS POPULARES

JUSTIÇA E PAZ PROTESTA EM RECIFE

O presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, advogado Pedro Eurico de Barros e Silva, ontem considerou ilegal a atitude da Prefeitura ao intimar - segundo ele - 200 famílias do Bairro de San Martin a abandonarem suas casas, construídas num terreno desocupado, há mais de seis anos. Acrescentou: "É tragicômico que a Prefeitura, que se diz empenhada em legalizar posses de terra, assumira agora a postura de um lobo diante de um cordeiro". (JB - 13/11/81)

BISPO ANALISA INVASÃO DA ÁREA DE CAMPO LIMPO (SP)

"O desemprego planejado pelo sistema econômico, a desastrosa política do uso da terra, a falta de moradias e os altos aluguéis" são algumas das causas apontadas pelo bispo dom Fernando José Penteado, da região episcopal de Itapererica da Serra para as invasões que vêm ocorrendo em todo o País. A posição da Igreja sobre a expulsão dos moradores dos jardins Dulce e Europa, em Campo Limpo, é anunciada em um documento assinado pelo bispo e pelo senhor Maurício Maritano, da região episcopal de Santo Amaro, que deverá ser lido hoje em todas as missas e celebrações religiosas das duas regiões. (ESP - 15/11/81)

IGREJA

CNBB ACHA QUE O USUCAPIÃO AGRAVARÁ A SITUAÇÃO NO CAMPO

Os dois representantes da CNBB, padres David Reagan e Jacir Braido, que depuseram ontem na comissão mista do Congresso que examina o projeto do governo reduzindo o prazo do usucapião, concordaram que essa iniciativa oficial não vai resolver o problema dos posseiros no campo. O padre Braido chegou a prever que a situação deles deverá agravar-se, porque os proprietários vão expulsá-los antes que possam adquirir as terras por meio de usucapião. O religioso disse, porém, que "tudo o que visa a melhorar essa situação deve merecer nosso apoio", embora tenha manifestado algumas dúvidas sobre a aplicação dos dispositivos do projeto do governo, inclusive como serão resolvidas as demandas iniciais, por causa da inexistência de uma justiça capaz de julgar as ações que serão impetradas pelos posseiros. O padre Jacir Braido defendeu a adoção de medidas corajosas para enfrentar o problema, que valorizem o homem e estabeleçam a prioridade do trabalho sobre a propriedade rural. (ESP - 11/11/81)

O arcebispo de Manaus, d. Milton-Correa Pereira, considerou a denúncia atribuída ao presidente da Associação dos Empresários da Amazônia, Jere-
mias Lunardelli, de que os padres e bispos da região estão fugindo à
conduta da Igreja para pregar a destruição, a guerra e guerrilha, como
"vazia e mal-intencionada". "É interessante. Essa denúncia partiu de
gente que não pertence ao Amazonas. A acusação é portanto vazia, porque
não cita nomes dos padres e bispos. Mas sabe-se que por trás desta de-
núncia há propósito de manter a situação como está, ou seja, com todas
as consequências para a classe pobre", disse d. Milton. D. Milton disse
que é a favor de que o trabalhador participe não só da produção da em-
presa, como dos lucros, "sem fazer ricos a todos e nem reduzir todos a
pobres. Que haja circulação de bens e se dê a todos o necessário para
sobreviver dignamente". (FSP - 11/11/81)

POLÍCIA FEDERAL ROMPEU A PROMESSA DE AVISAR A CNBB, DIZ D. LUCIANO

O secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dom
Luciano Mendes de Almeida, afirmou ontem, em São Paulo, que a transfe-
rência sigilosa dos missionários franceses Aristides Camio e Francisco
Gouriou, anteontem, de Brasília para Belém, foi "uma grande decepção",
porque "pessoalmente, ouvi das autoridades que me seria facultada a pos-
sibilidade de acompanhá-los até onde eles fossem enviados". Dom Luciano
disse que "lamenta profundamente a palavra rompida", uma vez que ele e
o bispo de Conceição do Araguaia, dom José Patrick Hanrahan, aguardavam
"sempre telefonando para a Superintendência da Polícia Federal, em Bra-
sília (onde os padres estavam presos), uma informação sobre a data da
viagem. Surpreendidos fomos quando ficamos sabendo que eles haviam sido
enviados sigilosamente para Belém. Lamentamos e não podemos mais que,
no momento, aceitar um fato consumado". (FSP - 10/11/81)

BISPO COMPARA A PRISÃO DE PADRES A CASO RIOCENTRO

O bispo de Goiás Velho, dom Tomás Balduino, afirmou ontem, em São Pau-
lo, que vê no episódio da prisão preventiva dos missionários franceses
Aristides Camio e Francisco Gouriou "uma divergência dentro do próprio
governo, comparada à divergência que houve a propósito da bomba do Rio-
centro". Dom Tomás, que é vice-presidente do Conselho Indigenista Mis-
sionário (Cimi), afirmou também que a decisão de Aureliano Chaves, de
transferir para o Judiciário o julgamento dos padres estrangeiros, "foi
um encaminhamento honroso, a única maneira de tratar com homens como es-
ses padres. Honra seja feita ao vice-presidente, que optou pelo proces-
so regular, em vez de consumir um processo sumário, viciado, mais nos
moldes da segurança nacional". "Quanto ao novo processo - disse - ele
nos alivia, porque vai ser a oportunidade de apresentarmos claramente
a raiz de tudo, que é o problema fundiário, com total insegurança dos
posseiros". (FSP - 12/11/81)

BISPO DE ITABIRA DIZ QUE MANTER PADRES PRESOS É RETROCEDER AO AI-5

"É um retrocesso à mentalidade de 13 anos atrás, à época do AI-5, quan-
do imperava uma verdadeira ditadura, um fato estranho quando se fala em
redemocratização e eleições", afirmou o Bispo-Auxiliar de Itabira, Dom
Lélis Lara, ao comentar a maneira como vem sendo tratado pelo Governo
o caso dos padres franceses, que tiveram prisão preventiva decretada e
foram transferidos para Belém em sigilo. (JB - 16/11/81)

BISPO DEFENDE AUXÍLIO A MENORES

O envolvimento da comunidade, para que "assuma, em seus ambientes, a criança abandonada, oprimida, agressora, numa substituição gradativa das instituições de confinamento", é uma das propostas da Semana Ecu-ênica do Menor, segundo destacou o Secretário-Geral da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida. Responsável pela Pastoral do Menor na Arquidiocese de São Paulo, ele representa a Igreja Católica no encontro, organizado em conjunto com as Igrejas Evangélicas de Confissão Luterana, Episcopal Anglicana, Presbiteriana Independente e Reformada, Metodista e Cristã Reformada. O encontro será encerrado amanhã, quando serão divulgados mensagem conjunta e os planos de criação da Associação Paulista de Entidades para Menores. (JB - 14/11/81)

PASTOR CRITICA PRODUÇÃO DE ARMAS

Ao considerar que o Brasil ocupa o quinto lugar entre os países exportadores de material bélico - "e, por isso, está implicado nessa corrente armamentista que está assustando os países europeus" - o presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, Pastor Augusto Kunert, disse que "enquanto a indústria bélica se desenvolve, continuamos enfrentando sérios problemas de alimentação: um terço da população mundial não tem o que comer." Apesar de limitar sua campanha às pregações, a Igreja não afasta a possibilidade de levar, em documento, suas preocupações ao Governo, colocando-se "à disposição para ajudá-lo no trabalho de paz". (JB - 14/11/81)

POLÍTICA NACIONAL

OPÇÃO NUCLEAR FOI MAL CALCULADA

A opção pela energia nuclear, no Brasil, foi prematura. É excessivamente cara e apresenta problemas técnicos, especialmente no que toca a proteção ambiental. Além disto, o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha baseou-se em premissas erradas, tais como a crença na permanência de um crescimento exagerado da demanda de energia elétrica, a subavaliação do potencial hidrelétrico brasileiro e a inviabilidade, na época, de transmitir grandes blocos de energia do Norte para o Sudeste. A opinião é do físico nuclear Luis Pinguelli da Rosa da UFRJ. Apesar de não condenar a energia nuclear em si, Pinguelli acredita que, no caso brasileiro, muitos aspectos haveriam de ser considerados antes de se optar pela instalação de oito reatores nucleares no país até o ano 2.000, como prevê o acordo com a Alemanha. Em estudo feito para a CNI (Confederação Nacional da Indústria), Pinguelli conclui que o Brasil deveria iniciar a construção de seu primeiro reator nuclear apenas no ano de 1995. (JB - 16/11/81)

OUTRAS

UNE ABRE 33º CONGRESSO E PROMETE LUTA POR LIBERDADE

"A União Nacional dos Estudantes está disposta a levar realmente adiante a luta pela liberdade, pela democracia e pela justiça neste país". A

a afirmação foi de Aldo Rebelo, do 33º Congresso da UNE, para cerca de 500 pessoas. Os Partidos de oposição não compareceram, mas mandaram telegramas. A mesma atitude tiveram os governadores pedessistas de Amazonas e de Sergipe. A maior parte dos 5 mil estudantes esperados para o encontro deve chegar hoje. Até ontem à noite, a única mudança que o simpósio trouxe à cidade foi a suspensão das aulas em 10 escolas municipais, onde as delegações dormem no chão, uma vez que os colchões comprados pela UNE só serão entregues hoje. (JB - 13/11/81)

CONTAG CONCLUI QUE A REFORMA AGRÁRIA AMPLA É A SOLUÇÃO

"Só uma reforma agrária efetiva, que implique em redistribuição de terra, de renda e de poder, será capaz de dar resposta definitiva ao problema fundiário do Brasil". Esta é uma das afirmações contidas no documento sobre política agrária do governo e dos conflitos de terra no País, divulgado pelo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva, como resultado do encontro realizado esta semana em Brasília para tratar do problema da terra no Brasil. Elaborado por 120 líderes sindicais e representantes de comunidades de posseiros envolvidos em conflitos, o documento foi entregue aos líderes opositoristas Benedito Marcílio (PT-SP), Odacir Klein (PMDB-RS) e Alceu Colares (PDT-RS). Observa o documento que, somente este ano, a Contag registrou 257 conflitos, envolvendo mais de 200 mil pessoas em todo o País e que, nos últimos dois anos, foram assassinados 7 dirigentes sindicais, 18 trabalhadores rurais e 2 advogados. O documento critica a política econômica do governo, afirma que o Incra tem sido condescendente com latifundiários que alteram suas declarações cadastrais para se enquadrarem como empresas e fugirem à desapropriação, e que o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat) "tem atuado muito mais como regularizador da situação irregular das terras dos grandes grupos, do que no sentido de atender às reivindicações dos posseiros". Diz que o Getat, beneficiando-se impunidade assegurada por sua ligação com a Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, tem interferido abertamente na vida sindical da região, bem como participado de operações policiais contra posseiros. Critica o Pró-alcool e o projeto do cerrado, ressaltando que eles excluem o trabalhador rural, por seus critérios de seleção, e estimulam a expulsão do trabalhador da terra. "É preciso ser acionado o Fundo Nacional de Reforma Agrária - acrescenta - para que as desapropriações se façam com a rapidez necessária. É inaceitável que a questão agrária seja considerada matéria de segurança nacional. Torna-se indispensável acabar com o Getat, o Gebam e outros órgãos do gênero. Além disso, é indispensável que o Conselho de Segurança Nacional se abstenha de qualquer interferência em matéria fundiária, por não ser esta sua competência". Segundo o documento, é imprescindível a desapropriação das áreas de conflito, a reformulação da política de crédito rural, para que o crédito se transforme em instrumento desconcentrador de renda; assistência técnica voltada efetivamente para os pequenos produtores; e aumento da pauta de produtos com preços mínimos garantidos, com prioridade para aqueles que são básicos para os trabalhadores. (FSP - 14/11/81)